**DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO:**

 Na conformidade do § 1º do artigo 144 do Regimento Interno, apresentamos a nova redação do Projeto de Lei N° 33/2017-L, com a Emenda aprovada na Sessão Ordinária realizada em 09 de Outubro de 2017.

**PROJETO DE LEI N° 33/2017-L**

**Cria o “FESTIVAL DE FÉRIAS” a ser desenvolvido no período de recesso e férias escolares, e dá outras providências.**

 **Art.1º -** Fica criado no âmbito municipal o FESTIVAL DE FÉRIAS, a ser desenvolvido durante o período de recesso e férias escolares nas escolas e praças municipais.

 **Art. 2º -** O Festival de Férias tem os seguintes objetivos:

**I –** Desenvolver ações de cidadania e lazer dirigidas às crianças, adolescentes e seus familiares;

**II –** Aumentar o vínculo estabelecido entre a escola e a comunidade;

**III –** Reduzir os riscos de danos psicossociais em que as crianças, adolescentes e familiares ficam expostas durante as férias escolares;

**IV –** Reduzir os níveis de violência durante as férias escolares;

**V –** Desenvolver programas de caráter sócio-cultural, esportivo e de educação em saúde.

 **Art. 3º -** O Festival de Férias pode ser realizado nas quadras escolares, parques e praças municipais.

 **Art. 4º -** As atividades do Festival de Férias poderão ser planejadas e desenvolvidas de forma centralizada, respeitando as diversas realidades socioculturais.

 **Art. 5º -** Através de seus órgãos competentes, o Poder Executivo poderá definir o período em que o Festival de Férias será desenvolvido, desde que entre os meses do recesso escolar e férias.

 **Art. 6º -** O Festival de Férias deve ser amplamente divulgado.

 **Art. 7º -** Para programar o projeto instituído por essa Lei na definição de suas atividades, o Executivo poderá buscar ações integradas das Secretarias Municipais, cujas competências sejam afetas ao objetivo do projeto, garantindo-se a participação de representações estudantis dos Conselhos Municipais de Educação, dos Direitos da Criança e do Adolescente e da Juventude.

 **Art. 8º -** As despesas decorrentes da aplicação do disposto nesta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

 **Art. 9º -** O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 90 (noventa dias) a partir de sua publicação.

 **Art. 10 –** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação

 **Art. 11 –** Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 10 de Outubro de 2017.

 **Rogério Lodi Sandro Roberto Alponte**

 **Vereador Vereador**

**Aline Maria de Castro Santos**

**Vereadora**